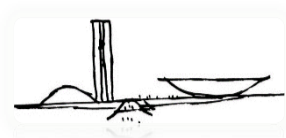


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 25 a 29 de junho de 2018.



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA/ DATA: 26/6/2018, ÀS 9h30, PLENÁRIO 7

ITEM 32 – PL 8440/2017 (Lei Orgânica da Saúde). Ementa: Altera a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços e dá outras providências", para estabelecer normas gerais sobre a política de recursos humanos na área de saúde.

Autor: Deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Relator: Deputado Jorge Solla (PT-BA).

Posicionamento: Rejeitar. A CNM é contrária a proposição, uma vez que a mesma faz ajustes na Lei nº 8.080/1990, estabelecendo regramentos verticalizados apenas para a nomeação em cargos ou função de chefia, direção ou assessoramento vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), das três esferas de governo. Além, de prever a criação de estruturas organizacionais nas unidades de saúde, o que exige a criação de novos cargos em comissão ou de confiança e que gera impactos financeiros na União, nos Estado, no Distrito Federal e nos Municípios.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE/ DATA: 26/6/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 2

ITEM 1 – PLP 404/2014 (Licenciamento Ambiental). Ementa: Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Autor: Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Relator: Deputado Roberto Balestra (PP-GO).

Posicionamento: Aprovar.

ITEM 5 – PL 8894/2017 (FASEC). Ementa: Cria o Fundo de Atendimento a Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas (Fasec) e dispõe sobre seus objetivos e sua gestão e sobre as fontes e a aplicação dos respectivos recursos.

Autor: Senador José Agripino (DEM-RN).

Relator: Deputado Átila Lira (PSB-PI).

Posicionamento: Aprovar.

ITEM 8 – PL 2800/2015 (Código Florestal). Ementa: Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Autor: Deputado Alceu Moreira (MDB-RS).

Relator: Deputado Nilto Tatto (PT-SP).

Posicionamento: Aprovar o parecer do relator pela REJEIÇÃO DA MATÉRIA. A CNM entende que o PL 2800/2015 está ultrapassado, pois a matéria está regulada pelo Código Florestal, a partir de alteração feita pela Medida Provisória 759/2016. Ademais, a Confederação entende que, também é bastante prejudicial, pois é incoerente que imóveis de tamanhas proporções causem impacto ambiental baixo ou nulo, especialmente quando situados em APPs, que são áreas protegidas por serem ambientalmente importantes e sensíveis.

Ademais, a matéria contraria outras legislações que regem dispositivos e interesses municipais. Logo, a Confederação é contrária ao PL 2800/2015.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA/ DATA: 26/6/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 9

ITEM 6 – PL 2116/2011 (Iluminação Pública). Ementa: Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências."

Autor: Leopoldo Meyer - PSB/PR

Relator: Delegado Edson Moreira (PR-MG).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO ESPECIAL – ADIN/ADC/ DATA: 26/6/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 5

Audiência Pública

Tema: " I) Debate sobre a PEC nº 253-A/2016 - Entidade Municipal propor ADIN e ADC. II) Eleição dos Vice-Presidentes".

Convidado:

I - Senador Antônio Carlos Valadares, autor da PEC no Senado Federal.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / DATA: 27/6/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 6

ITEM 3 – PL 6947/2010 (Lei da Política Agrícola). Ementa: Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Autor: Deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS).

Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO/ DATA: 26/6/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO 19

ITEM 6 – PLS 146/2014 (Econômico-Desenvolvimento Regional). Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Relator: Senador José Pimentel (PT-CE).

Posicionamento: Aprovar.